

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O troço final da A26-1, que se pretendia constituir como uma autoestrada ou via rápida de forma a promover o desenvolvimento da Vila Nova de Santo André, nunca chegou a ser construído e divide a cidade a meio, constituindo um obstáculo à mobilidade e fonte de perigo constante para a circulação de peões. O referido troço foi, entretanto, transformado na estrada regional R261-5, encontrando-se vedado por rede de proteção por dois lados. Não obstante, os transeuntes atravessam a estrada diariamente, encontrando-se frequentemente pedaços de rede danificada.

A população e município de Santiago do Cacém reivindica a transformação do troço em malha urbana que permita a circulação da população e o usufruto da cidade em toda a segurança.

Quando questionados sobre o assunto, o ministério do Planeamento e das Infraestruturas, por ofício nº 1333/2018, refere que várias medidas foram tomadas enquanto promotoras do reforço da acessibilidade pedonal e segurança rodoviária, estando ainda “*em curso o processo de transferência do troço para a jurisdição municipal, dando seguimento à pretensão manifestada pela Autarquia de Santiago do Cacém*”. Tal transferência, apesar de anunciada em 2018, não aconteceu.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério das Infraestruturas e da Habitação, as seguintes perguntas:

1. Perante a conversão do troço final da A26-1 em R261-5, que atravessa Vila Nova de Santo André, existe intenção de transformar o referido troço em zona urbana, reforçando a acessibilidade pedonal e segurança rodoviária?
2. Conforme referido em ofício vosso n.º 1333/2018, estaria em curso o processo de transferência do troço para a jurisdição municipal, o que não aconteceu. Tem o Governo conhecimento deste atraso e para quando está prevista a transferência do troço para a Autarquia de Santiago do Cacém?

Palácio de São Bento, 14 de julho de 2022

Deputado(a)s

MARIANA MORTÁGUA(BE)

JOANA MORTÁGUA(BE)